

OS ARTEFATOS CULTURAIS SURDO NOS CURRÍCULOS DE GRADUAÇÃO DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS/LÍNGUA PORTUGUESA: QUAL A PERSPECTIVA DA RELAÇÃO DESSES ARTEFATOS COM O CONHECIMENTO MEDIADO DURANTE A FORMAÇÃO?

Sônia Marta de Oliveira ¹

RESUMO

O currículo é coluna que deve elencar a cultura, os saberes, os valores dos grupos que constituem o espaço escolar e, educar torna-se um emaranhado de relações, espaços, no qual se espera que o conhecimento seja construído nos meandros das dimensões sociais, políticas e culturais. Isso posto, educar, formar, leva consigo diferentes significados. Nesse emaranhado de relações, as diferenças culturais muitas vezes são compreendidas pelo viés do senso comum baseando-se na hipótese de que os grupos e comunidades culturais diferentes do “nosso grupo” são guetos, considerados radicais. Entretanto, as culturas nesses espaços são construídas histórica e socialmente onde os sujeitos desempenham funções ativas e buscam apoderar-se do conhecimento para se posicionarem no mundo. Os cursos de graduação que formam o tradutor intérprete de língua de sinais – TILS – foram criados tendo como diretriz os dispositivos legais que reconhecem a língua de sinais – Lei 10.436/2002 e o decreto 5626/2005 que orienta a formação de TILS através de cursos de extensão, graduação específica e pós-graduação na área de língua de sinais. Desde 2006, o número de cursos de graduação na área de tradução e interpretação de língua de sinais têm crescido nas regiões brasileiras. Anterior a essa legislação, a formação desse profissional caminhou durante muito tempo com uma visão empirista e na informalidade sendo realizado por instituições religiosas, associações e federações de surdos. O currículo dos cursos de graduação de TILS contempla a cultura surda? Trata da história cultural do povo surdo? A seleção de como os artefatos culturais surdo são abordados nesses cursos propicia uma imersão no universo surdo? A materialização enquanto conteúdo não palpável desses pressupostos culturais se dá de que forma? Tais pressupostos devem ser abordados de forma transversal nas disciplinas dos cursos de formação? Um levantamento bibliográfico de cunho qualitativo, aponta que os artefatos culturais surdos são percebidos pelos alunos como algo palpável e compartimentado. Embasando esse estudo na pedagogia crítica de Santomé (2011) que advoga da ideia de que o currículo deve conter as “vozes dos outros”, seus desejos e anseios evitando situações de injustiça ou opressão; nos estudos culturais elegendo Hall (2003) e Bhabha (2003) como autores que contribuem para uma compreensão de cultura como um estilo de vida incorporando atitudes, linguagens, ideias e espaços de poder trazendo a discussão em torno da tradução cultural apontando o traduzível e o intraduzível na cultura; os estudos culturais também colaboram para uma compreensão dos estudos surdos elegendo Quadros (2007), Skliar (2000), Perlin (2004) como leituras que contribuem para concebermos que a cultura do outro surdo, sua história, deve ser concebida na perspectiva da compreensão cultural, no diálogo entre culturas. Suas diferenças, seus valores e suas representações culturais.

Palavras-chave: Currículo, Cultura, Tradutor Intérprete.

O presente artigo tem em seu arcabouço teórico, a pedagogia crítica de Julgo Torres Santomé que advoga da ideia de que o currículo deve conter as “vozes dos outros”, seus desejos e anseios evitando situações de injustiça ou opressão. Os estudos culturais elegendo Hall e Bhabha como autores que contribuem para uma compreensão de cultura como um estilo de vida incorporando atitudes, linguagens, ideias e espaços de poder, conduzindo a discussão em torno da tradução cultural apontando o traduzível e o intraduzível na cultura. Os estudos culturais também colaboram para uma compreensão dos estudos surdos elegendo Quadros, Skliar, Perlin como

¹ Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica - Minas Gerais

leituras que contribuem para a compreensão de que a história do povo surdo, sua língua e cultura sejam concebidas a partir da diferença. Diferença concebida em pressupostos ideológicos, de concepções, de posturas. Ao aspirarmos a formação de tradutores intérpretes de língua de sinais, língua portuguesa, obrigamo-nos a pensar a educação sob o prisma diversidade fundeada nos pressupostos aqui alvitados e considerando a diferença linguística e cultural do surdo como alicerce promotor da zona de fronteira formacional desse sujeito.

Uma educação que pretenda educar cidadãos para nosso tempo precisa insistir no desenvolvimento de habilidades e posturas que valorizem o conhecimento e colaborem com todas as pessoas e os grupos sociais. Esta meta implica estar consciente das distorções da informação pelas quais éramos e continuamos sendo dominados. Estar cientes de nossos preconceitos e nossas falsas expectativas sobre as culturas e comunidades às quais não pertencemos. Estamos falando de uma educação que possibilite o aprendizado de como harmonizar os direitos individuais e coletivos como meio para continuar mantendo e desfrutando da riqueza e das possibilidades de um mundo onde a diversidade cultural é a norma. (SANTOMÉ, 2011 p. 83)

Oliveira (2015), argumenta que o currículo na organização de conteúdos é coluna que deve elencar a cultura, os saberes, os valores dos grupos que constituem o espaço educacional e, educar torna-se um emaranhado de relações, espaços, no qual se espera que o conhecimento seja construído nos meandros das dimensões sociais, políticas e culturais. Isso posto, educar, formar, leva consigo diferentes significados.

Este instrumento dentro da estrutura educacional é o cerne, a mola mestra. Em consequência, é um território circunvalado e cercado de regras. A configuração política do poder se revela na gama de diversidade de currículos e, agregados a eles, carga horária, grades, núcleos e etc. (ARROYO, 2011).

Podemos assimilar a concepção de um currículo que abarque em seu bojo, visões, aspectos, de um curso que tenciona formar um profissional que se move entre fronteiras, entre línguas entre culturas diferentes. Os cursos de graduação que formam o tradutor intérprete de língua de sinais – TILS – foram criados tendo como diretriz os dispositivos legais que reconhecem a língua de sinais – Lei 10.436/2002 e o decreto 5626/2005 que orienta a formação de TILS através de cursos de extensão, graduação específica e pós-graduação na área de língua de sinais.

A organização dos cursos de graduação para a formação do TILS nas universidades federais, tem como referência, o curso Letras Libras da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – na modalidade à distância. Desde 2006, o número de cursos de graduação na área de tradução e interpretação de língua de sinais têm crescido nas regiões brasileiras. Anterior a essa legislação, a formação desse profissional caminhou durante muito tempo com uma visão empirista sendo realizado por instituições religiosas e associações de surdos, na informalidade. Com o advento dos Movimentos Surdos em defesa da língua de sinais, a profissão de tradutor intérprete foi ganhando notoriedade e espaço. Como resultado, a formação saiu da “clandestinidade” para a academia. O ingresso no ensino superior, abre novas perspectivas de conhecimento científico que contribuíram e contribuem com a atuação profissional desse sujeito possibilitando novas contingências de desempenho e competências tradutórias agregando à atuação prática, a atuação científica.

A investigação acerca dos currículos que formam o tradutor intérprete decorre inicialmente do crescimento de oferta dos cursos e de como se dá o contato dos alunos desses cursos, com os artefatos culturais surdo nos conteúdos mediados. Os currículos de formação se tornam imperiosos na diligência, na compreensão, sobre quais pilares os artefatos culturais surdos são constituídos nos currículos de graduação dos TILS,

Para Silva (2009,) currículo é constituído através da parte de uma escolha feita dentro de um cosmo maior de pensamentos e saberes. Tomada a resolução de quais saberes precisam ser eleitos, vem o esclarecimento do porquê tais saberes foram selecionados e não outros. A questão “o que” jamais está desassociada de outra questão fundamental: “o que os alunos devem ser?” Ou “o que os alunos devem se tornar?” O currículo procura pontualmente transformar os alunos que vivenciarão determinadas práticas pedagógicas. Qual cidadão os conhecimentos previstos em um currículo vão formar? (OLIVEIRA, 2015, p.58)

Currículo deve ser compreendido como artefato formador de culturas, envolto de ações, de acepções e conexões de conhecimentos, de significados e construção de sentidos, podendo ser espaço de axioma e diferença. Os conhecimentos e saberes são da cultura, são inerentes a ela. As consonâncias no entorno da ideia de cultura e do pensamento reportam-se ao caráter complexo e social próprios dos saberes e conhecimentos nas relações de contestação, poder e conflitos. (OLIVEIRA 2015).

Os Estudos Culturais apresentam cultura como espaço onde grupos sociais diferentes constroem significados de acordo com sua realidade. Dessa forma, não existe uma única cultura. Para Hall (1997), cultura é produção de sentidos e de práticas através das relações estabelecidas entre pessoas de um determinado grupo social. A forma de ver e perceber o mundo não é única. A constituição de um sujeito é imbricada das suas relações consigo e com o mundo. Os Estudos Surdos, em conexão com os estudos Culturais, legitimam a cultura surda e se firmam nos estudos e pesquisas na educação de surdos, construindo um olhar cultural em conceitos construídos historicamente de forma arbitrária. (OLIVEIRA, 2015)

Os Estudos Surdos em Educação podem ser definidos como um território de investigação educativa e de proposições políticas que, por meio de um conjunto de concepções linguísticas, culturais, comunitárias e de identidades, definem uma particular aproximação ao conhecimento sobre a surdez e os surdos. Nesses estudos, temos descrito a surdez nos seguintes termos (SKLIAR, 1998): uma experiência visual, uma identidade múltipla e multifacetada, que se constitui em uma diferença politicamente reconhecida e localizada, na maioria das vezes, dentro do discurso da deficiência. (SKLIAR, 2000, p. 11)

A diferença cultural muitas vezes é compreendida pelo viés do senso comum baseando-se na hipótese de que os grupos e comunidades culturais diferentes do “nosso grupo” são guetos, considerados radicais. Entretanto, as culturas nesses espaços são construídas histórica e socialmente onde os sujeitos desempenham funções ativas e buscam apoderar-se do conhecimento para se posicionarem no mundo. Cultura Surda entendida como jeito de vida dos surdos que partilham uma língua em identidades que geram perspectivas para suas experimentações.

[...]. Não nego a falta de audição do corpo surdo, porém desloco meu olhar para o que os próprios surdos dizem de si quando articulados e engajados na luta por seus direitos de se verem e de quererem ser vistos como sujeitos surdos, e não como sujeitos com surdez. Tal diferença, embora pareça sutil, marca substancialmente a constituição de uma comunidade específica e a constituição de estudos que foram produzindo e inventando a surdez como um marcador cultural primordial. Assim como o sexo, que aparece marcado no corpo feminino e no corpo masculino, a surdez também marca aquele que a possui, diferenciando os que ouvem daqueles que não ouvem. (LOPES, 2007, p. 9).

A ideia de deficiência/déficit vem acompanhada do olhar etnocêntrico sobre o surdo, que é visto como alguém que falta algo. Por vezes, o olhar sobre a pessoa surda ainda é carregado de etnocentrismo pois o outro, o ouvinte olha, avalia, julga a pessoa surda sob sua ótica ouvinte. Buscando suscitar essas inquições e concebendo currículo como lugar de significados diferentes sobre o político, o cultural e o social, a construção desse instrumento deve ser distante dos padrões hegemônicos e etnocêntricos, abrindo a discussão para a construção de um instrumento pautado na diferença para que este possa de fato, contribuir com uma formação que contemple uma formação do TILS que valorize, considere e reconhece a diferença cultural que permeia a língua de sinais e o povo Surdo.

[...] O conceito de surdez foi atravessado por uma visão médica-terapêutica que desvalorizou a experiência da surdez agora valorizada pelos Estudos Surdos. O qual busca romper com estereótipos construídos historicamente sobre quem é o outro, e carregado de desrespeito a esse outro. Ver a pessoa surda é compreender que ter uma língua diferente das línguas orais é ter uma cultura diferente. (OLIVEIRA, 2015, p. 49)

A comunidade surda, por meio dos Movimentos Surdos, rastreia o reconhecimento cultural garantindo suas tradições culturais e resguardando suas histórias contestadas e reerguidas em uma literatura de reconhecença. Para sustentar o desenvolvimento social, os Movimentos Surdos buscam na literatura surda sua lógica fundada para se contrapor à literatura ouvinte. Bhabha (2005), afirma que particular e coletivo, pretérito e recente, fenômenos emocionais e o comunitário estendem uma particularidade interna, própria. É a privacidade que interpela os fragmentos duplos através desses círculos de bagagens sociais repetidamente contrários no espaço. Nesses pressupostos, a literatura surda caminha para o hibridismo cultural, as culturas estão entrelaçadas umas com as outras e não há uma única cultura, elas são híbridas, diferentes. Nesse entendimento que a literatura surda se expressa e se faz presente.

Utilizamos a expressão “literatura surda” para histórias que têm a língua de sinais, a questão da identidade e cultura surda presentes nos textos e nas imagens de livros de literatura infantil. A literatura surda está relacionada com a cultura surda. A literatura da cultura surda, contada na língua de sinais de determinada comunidade linguística, é constituída pelas histórias produzidas

em língua de sinais pelas pessoas surdas, pelas histórias de vida que são frequentemente relatadas, pelos contos, pelas lendas, fábulas, piadas, poemas sinalizados, anedotas, jogos de linguagem e muito mais. O material, em geral, reconta a experiência das pessoas surdas, no que diz respeito, direta ou indiretamente, à relação entre as pessoas surdas e ouvintes, que são narradas como relações conflituosas, benevolentes, de aceitação ou de opressão do surdo. (KARNOPP; MACHADO, 2006, PG. 03).

Considerando esse pensamento e, em conformidade com os estudos qualitativos, a presente pesquisa está ancorada nos estudos documentais e bibliográficos configurando conhecimento científico como exercício intelectual voluntário que procura compreender a realidade que nos orbita. SANTOS (2001). A pesquisa documental interpreta a busca de circunscrita demanda, por meio de observação de documentos produzidos pelo homem que apresentam a configuração de contemplar, entender e localizar um demarcado acontecimento social. Explorar documentos exige uma reflexão perante quem organizou o documento. Por esse motivo, habilidade por parte do pesquisador é preciso para que não haja envolvimento com a atividade a ser desenvolvida.

Os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de se lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação. (CALADO; FERREIRA, 2004, p. 03).

Os documentos são caminhos importantes em pesquisas que procuram analisar as diversas e inúmeros discursos que constituem os cenários ideológicos. O estudo de um texto escrito pode facilitar o entendimento sobre regras e normas que direcionam as relações de determinados grupos sociais que formam os contextos ideológicos. Um texto escrito pode ter pontos de vista múltiplos em vários cenários e os momentos históricos interferem na visão e interpretação. Isto posto, documentos são entendido como conceitos sócio históricos que coordenam e certificam hábitos coletivos, ideias e valores. (HODDER, 2002)

Procurando apreender sobre os currículos dos cursos de graduação que formam o tradutor intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, esse incipiente trabalho observou nesse instrumento, quais disciplinas poderiam discorrer em seus conteúdos, os artefatos culturais surdo. Concebendo aqui como artefatos culturais surdo a reconhecimento cultural garantindo suas

tradições culturais, suas histórias negligenciadas reconstruídas em uma literatura de reconhecimento. Para conceder a promoção social, os Movimentos Surdos buscam na literatura surda seu fundamento alicerçado para se refutar à literatura ouvinte. Bhabha (2003), reitera que individual e global, passado e atualidade, manifestações emocionais e o público distendem uma singularidade interior, própria. É a intimidade que aproxima os retalhos duplos por meio dessas associações de bens sociais amiúde contrários no ambiente. Nessas inferências, a literatura surda move-se para o hibridismo cultural, as culturas estão enlaçadas umas com as outras e não há uma única cultura, elas são híbridas, diversas. Nessa concepção que a literatura surda se explicita e se expõe.

Foram analisados currículos de sete universidades públicas federais de quatro regiões brasileiras que oferecem cursos de graduação que formam o tradutor intérprete. Na tabela 1, há uma amostra da matriz curricular de cada curso, especificamente das disciplinas que contemplam um vão maior de possibilidades de mediação com os artefatos culturais surdo.

Tabela 01 – Disciplinas que mantém relação com artefatos culturais surdos

Disciplinas	U 1	U 2	U 3	U 4	U 5	U 6	U 7
Introdução aos estudos literários							
Estudos dos clássicos da literatura							
Estudos Literários							
Literatura Surda I e II							
Tópicos da história da literatura							
Tradução de textos literários							
Tradução audiovisual							
Conversação em libras I e II							
Conversação Intercultural							
Participação em eventos artísticos e culturais							
Práticas Culturais e Língua de Sinais: Estudos Surdos							
Estudos Surdos I e II							
Multiculturalismo e Surdez							

Fonte: autora.

O vocabulário currículo vem do latim curriculum que significa pista de corrida. Nesta pista, se organiza a formação de sujeitos. A composição do currículo está intrincada, permeada em o que somos, e no que nos tornamos. No pensamento pós-estruturalista, currículo é quesito de poder, porque, eleger alguns conhecimentos em agravo de outros, é uma prática de poder para afirmar o consentimento de êxito. As deliberações às voltas sobre currículo estão engendradas em um espaço contraditado. Há tensões na organização desse instrumento linguístico, político e cultural.

Abordar a temática dos artefatos culturais surdo no currículo como meio de reconhecimento da diferença, na formação de identidade, na subjetividade surda, na referência de sujeito, contribuirá para a formação de um profissional que se desnudará de categorias culturais e de vínculos de primazia de uma cultura sobre a outra. Quadros (2003) argumenta que as experiências visuais são aquelas que atravessam a visão. É significativo ver, marcar relações de olhar, servir-se do olhar para determinar as correspondências gramaticais em um discurso. A bagagem visual a partir da mente (pensamento, língua, ideias, sonhos). As concepções linguísticas, artísticas são visuais, como decorrência podemos dizer que a cultura é visual. O olhar do ouvinte ao justapor ao somido ganha cor, ganha imagem antes não percebida.

A cultura como diferença se constitui numa atividade criadora. Símbolos e práticas jamais conseguidos, jamais aproximados da cultura ouvinte. Ela é disciplinada por uma forma de ação e atuação visual. Já afirmo que ser surdo é pertencer a um mundo de experiência visual e não auditiva. Sugiro a afirmação positiva de que a cultura surda não se mistura à ouvinte. Isso rompe o velho status social representado para o surdo: o surdo tem de ser um ouvinte, afirmação que é crescente, porém oculta socialmente. Rompe igualmente a afirmação de que o surdo seja um usante da cultura ouvinte. A cultura ouvinte no momento existe como constituída de signos essencialmente auditivos. (PERLIN, 1998, p. 56).

Segundo Bhabha (2003), na improvável calma de traduzir e interpretar culturas, espaços híbridos de vertentes desfraldam uma fragmentação na linguagem da cultura que indica que a equivalência da representação, ao transpor os espaços culturais não obriga ofuscar o fato de que a recorrência do signo é em qualquer atividade social e única, concomitantemente diversa e distinta. O “estranho” da língua é o cerne do intraduzível que vai para além da transmissão

das ideias no interior de composições e/ou práticas culturais. Compreender o “estranho” da língua requer inteirar-se das normas culturais da língua para abarcar os valores da língua.

Santomé (2011) ao argumentar que a finalidade das instituições de ensino deve ser o de levar a nos conhecer e a conhecer o outro, aqui, o outro surdo, se torna inescusável que os currículos de graduação que formam o tradutor intérprete de língua de sinais arquitetem caminhos possíveis onde o aluno possa estabelecer relações de alteridade com o outro surdo, espaço de imergir em um universo onde o silêncio tenha cores, onde o olhar, o visual seja o “som” sentido. Essas sensações geram a expectativa de construção de conceitos novos sobre a diferença.

Compreender uma ação de desimpedimento ao outro, contribui para o desejo de conhecer as peculiaridades desse outro. Seus saberes, seus sonhos, os modos de vida. Abrir-se ao outro deve ser umas das bases para edificação de relacionamentos de diálogo e colaboração. Em síntese, a finalidade da existência das instituições educativas deve ser: conhecer a nós e ao outro. (SANTOMÉ, 2011).

A elaboração de um currículo pautado em políticas que reconheçam e vivenciam os artefatos culturais surdos na graduação de TILS, requer abertura e diálogo com a comunidade surda. O diálogo constante poderá contribuir para a ruptura com o conceito de uma cultura hegemônica e construção de uma relação baseada na horizontalização entre surdos e ouvintes.

O diálogo entre diferentes culturas nos cursos que formam o TILS é substancial para que a tradução e interpretação discorra não somente com as línguas envolvidas, mas a configuração, a conformação da outra cultura seja percebida em suas sutilezas e para que as particularidades do outro sejam sentidas é necessário fragmentar concepções construídas em relação ao outro, no tocante à diversidade.

Uma formação que proporcione uma relação horizontal entre TILS e Povo Surdo conduz a uma proximidade linguística e cultural agradável. Para que as zonas de convívio ou zonas de interstício se organizem de forma a intermediar culturas, respeitar a independência e a diferença linguística dos enunciadores, é necessário que tenha, primeiro, quebras com a perspectiva etnocêntrica. Um currículo que contemple uma educação crítica e libertadora exige uma investigação para averiguar se os conteúdos, as metodologias, os objetivos respeitam e reconhecem as necessidades dos diferentes grupos sociais que convivem no espaço escolar. O currículo deve ter a voz do outro. Suas perspectivas, necessidades e esperanças. (SANTOMÉ, 2011).

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Currículo: território em disputa. RJ: Vozes, 2011.

BHABHA. O local da cultura. Trad. M. Ávila, E. L. de Lima Reis, G. R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2ª Reimpressão, 2003

BRASIL. Lei de número 10.346. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acessado em 26 de julho de 2013.

BRASIL. Decreto de número 5.626. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acessado em 26 de julho de 2013

CALADO, S. dos S; Ferreira, S. C dos R. Análise de documentos: método de recolha e análise de dados. Disponível em:

<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>

CALIXTO, Renato M. F.; GARCÊS, Regiane Lucas de Oliveira; OLIVEIRA, Sônia Marta de. Traduzir e interpretar incursões no mundo do outro ou atos de fronteira? Reflexões teóricas sobre o papel do intérprete a partir de uma perspectiva culturalista. IN. Anais do III Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa. 2012. Acesso em:

http://www.congressotils.com.br/anais/tils2012_traducao_questao_calixtogarcez.pdf .

HODDER, I. (2002). The interpretation of documents and material culture. In N.K Denzin & Y.S. Lincoln, Collecting and interpreting qualitative Materials (pp. 110-129). London: Sage Publications.

LOPES, M. C. Surdez e Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

QUADROS, Ronice Müller de. Situando as Diferenças Implicadas na Educação de Surdos: Inclusão/Exclusão. Revista Ponto de Vista, N.5. NUP. UFSC, Florianópolis, 2003.

OLIVEIRA, S. M. Educação de surdos e currículo: reflexões acerca do reconhecimento da língua de sinais e dos artefatos culturais surdo / Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade

Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação Sônia Marta de Oliveira. Belo Horizonte, 2015. 86 f.: il.

SEGALA, R. R, Dissertação de Mestrado: Tradução Intermodal e Inter Semiótica/Interlingual: Português Brasileiro Escrito para Língua Brasileira de Sinais. UFSC. 2010.

SANTOMÉ, J.T. O cavalo de Tróia dos Conteúdos Curriculares. Educação Crítica. Análise Internacional Org. APPLE, Michael, AU, Wayne, GANDIN, Luis Armando. Tradução: Vinicius Figueira. Artmed, 2011.

SANTOMÉ, J.T. Currículo Escolar e Justiça Social: O cavalo de Tróia da Educação. Tradução: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, A. R. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2001. 144p.

SKLIAR, C. B. Uma análise preliminar das variáveis que intervêm no projeto de educação bilíngue para os surdos. Espaço (INES-MEC), n. 8. p. 49-57, 1997.

SKLIAR, C. B; SOUZA, R. M. O debate sobre as diferenças e os caminhos para se (re)pensar a educação. In: AZEVEDO, J. C. et al. Utopia e Democracia na Educação Cidadã. Porto Alegre: Ed. Universitária/UFRGS, 2000, p. 259-76